

EDUCAÇÃO INFANTIL, GOVERNAMENTO DA INFÂNCIA E PRODUÇÃO DE CAPITAL HUMANO

LutianeNovakowski*
Karla Saraiva**

Resumo: O artigo tem como propósito problematizar, através de uma análise de *sites* de instituições privadas que oferecem a Educação Infantil, os objetivos desta etapa educacional. Partimos da hipótese de que na Contemporaneidade a infância ainda é entendida como um investimento para o futuro, sendo sua escolarização uma estratégia biopolítica para produzir sujeitos alinhados às necessidades da governamentalidade atual. A partir das análises, foi possível afirmar que as instituições de Educação Infantil que compuseram o *corpus* da pesquisa estariam voltadas para o crescimento do capital humano de seus alunos, orientando-os para que se portem como empresários de si mesmo, o que potencializa suas chances futuras de sucesso profissional, justificando o investimento das famílias.

Palavras-chave: Educação Infantil; Infância; Capital Humano.

CHILD EDUCATION, CHILDHOOD GOVERNANCE AND HUMAN CAPITAL PRODUCTION

Abstract: The article intends to problematize, through an analysis of sites of private institutions that offer Early Childhood Education, the objectives of this educational stage. We start from the hypothesis that in the Contemporaneity the childhood is still understood as an investment for the future, being its schooling a biopolitical strategy to produce subjects aligned to the needs of the current governmentality. From the analysis, it was possible to affirm institutions of Early Childhood Education that composed the corpus of the research would be directed to the growth of the human capital of its students, orienting them so that they behave like entrepreneurs of themselves, what potentializes their future chances of professional success, justifying the investment of families.

Keywords: Infant Education; Childhood; Human capital.

Recebido em: 21-06-2018 Aceito em: 10-07-2018

Na Contemporaneidade, a Educação Infantil recebe cada vez maior atenção, seja pela necessidade crescente das famílias escolarizarem seus filhos, desde muito cedo, para que os pais possam realizar suas atividades profissionais, seja pelas mudanças legislativas que passaram a tornar obrigatória a escolarização de crianças de quatro e cinco anos, ou seja, ainda, porque cada vez mais se consolidada o entendimento de que os investimentos educacionais nesta fase da vida são fundamentais para o desenvolvimento humano. Multiplicam-se os investimentos públicos em Educação Infantil e, também, as instituições privadas que oferecem esta etapa da Educação Básica. Segundo relatório de 2017 da Federação Nacional das Escolas Particulares

1 * Mestra em Educação com área de concentração em Estudos Culturais pela Universidade Luterana do Brasil, com auxílio TAXA CAPES/PROSUP (2016-2017), especialização em Docência na Educação Infantil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014) e graduação em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (2011). Atualmente é Assessora Técnica Pedagógica de Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e integrante no Comitê Gestor do Programa Primeira Infância Melhor/Criança Feliz no município de Canoas, como representante da Secretaria Municipal de Educação.

2 **Doutora em Educação pela UFRGS, professora do PPG em Educação ULBRA.

(FENEP, 2018), desde 2010, tem havido um crescimento de cerca de 10% ao ano no número de matrículas na Educação Infantil em instituições privadas, embora a população infantil esteja diminuindo. Ainda de acordo com o FENEP, a Educação Infantil foi a etapa da Educação Básica com maior crescimento de matrículas.

Deste modo, é possível afirmar que escolas voltadas para a Educação Infantil são um bom negócio. E, como todo o negócio, necessitam atrair clientes. Uma estratégia bastante utilizada por escolas privadas é o uso de *sites* institucionais que funcionam como recurso publicitário, divulgando a proposta da escola e suas vantagens. O objetivo deste artigo é problematizar as concepções de Educação Infantil veiculadas por *sites* ligados a instituições privadas que ofertam apenas esta etapa educacional. Mais especificamente, pretendemos analisar como estes *sites* posicionam-se quanto à finalidade da Educação Infantil e quanto à metodologia que deve ser utilizada para atingir este propósito. A empiria do estudo foi constituída por 26 *sites* de instituições brasileiras, selecionados por apresentarem objetivos ou proposta pedagógica da escola e as atividades curriculares, elementos considerados imprescindíveis para a investigação.

Tendo em vista os esforços investidos em *marketing*, partimos da hipótese de que a Educação Infantil torna-se uma *commodity*, tomando como base as discussões de Bauman (2008), para quem a comodificação consiste no processo pelo qual as pessoas e as coisas tornam-se mercadorias, bens de consumo. E, portanto, assumimos que os propósitos da Educação Infantil e as propostas pedagógicas apresentadas pelas escolas serão construídos de modo a seduzir os potenciais consumidores.

Na seção seguinte, apresentamos um breve percurso histórico que nos permite compreender como se constituiu a Educação Infantil contemporânea. A seguir, mostramos que esta prática pode ser significada como uma estratégia para governar a infância, sendo este governo na atualidade voltado para a produção de capital humano. A partir destas considerações iniciais, apresentamos brevemente alguns fundamentos metodológicos da pesquisa, prosseguindo com a apresentação das análises. O artigo se encerra com algumas considerações finais.

EDUCAÇÃO DA CRIANÇA, DA MODERNIDADE À CONTEMPORANEIDADE

Diferentes transformações sociais, políticas e econômicas que ocorreram na Modernidade modificaram os modos de ser sujeito e de compreender o mundo. De acordo com Bujes (2002), neste contexto, surgem condições de possibilidades para a

invenção da infância moderna. Neste período, a vida humana passou a ser entendida como uma sucessão de etapas, chamadas de “idades da vida”, sendo a infância a primeira delas (ARIÈS, 2011). Concomitante à emergência desta noção de infância, nasce, também, a preocupação de governar esta parcela da população. Surge, então, um conjunto de instituições educacionais que, por meio de um enclausuramento das crianças, promoviam uma ortopedia dos corpos. Cabe notar que, segundo Varela e Alvarez-Uría (1992), foram criadas inicialmente diferentes instituições para o sequestro dos infantis. Embora todas estivessem orientadas por princípios disciplinares, os colégios, voltados para infância de qualidade, eram bastante diferentes dos asilos, voltados para a infância rude. A estes últimos, correspondia a minimização dos saberes e a maximização da rigidez.

Porém, a educação das crianças pequenas, até o início do século XIX, era assumida pelas famílias. As crianças abandonadas ou órfãs eram recolhidas em instituições filantrópicas de caráter assistencial, que não pretendiam educá-las. Foi a partir das concepções de Fröebel (1782-1852), fundador dos *Kindergarten* (jardins de infância), que começa a se difundir uma ideia de escolarização desta parcela da população. Este pedagogo acreditava que as crianças, ao frequentarem os jardins de infância, poderiam ter um melhor desenvolvimento dos aspectos físicos, intelectuais e morais, por estarem convivendo com outros semelhantes em um ambiente acolhedor (GUTIÉRREZ; ALARCÓN, 2004, p. 272). Os jardins de infância diferenciavam-se das instituições de assistência, pois apresentavam uma dimensão pedagógica. Nestas instituições, as crianças aprenderiam sobre si e sobre o mundo. Para Oliveira (2002, p.67), as crianças eram vistas por este teórico como “pequenas sementes que, adubadas e expostas a situações favoráveis em seu meio ambiente, desabrochariam sua divindade interior em clima de amor, simpatia e encorajamento”. As concepções de Fröebel promoveram o surgimento de instituições que se ocupavam daquilo que hoje é chamado de Educação Infantil em diferentes países. Conforme nos mostra Kuhlmann Jr. (1998), as instituições de Educação Infantil que surgiram em diversos países, até o século XX, continuaram a ser chamadas de *Kindergarten* mesmo quando sua concepção se distanciava das ideias do seu fundador.

No Brasil, tal como as primeiras iniciativas europeias, as instituições que inicialmente se encarregaram das crianças pequenas tinham caráter assistencial. Em meados do século XIX, alguns fatores, como a Lei do Ventre Livre³, a imigração das

3 A Lei do Ventre Livre (1871) garantiu a liberdade aos filhos dos escravos que nasciam no Brasil, o que

zonas rurais para os centros das grandes cidades e o desenvolvimento cultural e tecnológico, contribuíram para a criação de instituições filantrópicas de amparo e proteção à infância pobre: creches, asilos e internatos. Ao mesmo tempo, visando à construção de uma nação moderna, eram importados da Europa e dos Estados Unidos modelos de Educação Infantil para a elite do país (OLIVEIRA, 2002).

Deste modo, para as crianças mais pobres, a educação era vinculada aos órgãos de assistência social, enquanto que para aquelas que pertenciam às camadas mais favorecidas da sociedade, a educação era organizada por meio de práticas escolares, de modo semelhante ao que ocorreu na Europa. Em suma, para as crianças mais pobres, eram destinadas atividades estritamente ligadas ao cuidado do corpo, já para as crianças oriundas dos grupos socialmente privilegiados, eram garantidas atividades que tinham como objetivo seu desenvolvimento intelectual (OLIVEIRA, 2002).

Esta situação perdura no país por muito tempo, com escassas oportunidades educacionais para as crianças pequenas pertencentes às camadas mais pobres da população. Apenas no final do século XX, este quadro começa a modificar-se, principalmente com os movimentos sociais apoiados na Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, institucionalizada em nosso país pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). A partir de então, começa a surgir um novo entendimento sobre a educação dos infantis, passando de um assistencialismo às classes desfavorecidas para um direito de todas as crianças a uma educação de qualidade. Atualmente, o atendimento em creches e pré-escolas é um direito das crianças, sendo responsabilidade do Estado. A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, art. 29) considera a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral das crianças na faixa etária dos zero aos cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 2009). Em 2009, uma emenda constitucional tornou obrigatório o ensino dos quatro aos 16 anos, e, conseqüentemente, a matrícula das crianças a partir dos quatro anos na Educação Infantil.

A seguir, apresentamos uma breve discussão sobre a articulação da educação das crianças pequenas e o conceito de governamentalidade de Foucault, pois partimos da hipótese de que na Contemporaneidade a escolarização da infância está relacionada a

ocasionou o aumento do abandono de crianças nesta época (FERNANDES, 2014, p.24).

uma estratégia biopolítica que visa à formação de sujeitos que atendam aos imperativos da governamentalidade atual.

EDUCAÇÃO INFANTIL E O GOVERNAMENTO DA INFÂNCIA

Eis como a perspectiva da governamentalidade nos incita e desafia a identificar as estratégias cognitivas e os respectivos mecanismos de operacionalização, as redes de circulação da verdade e as modalidades de constituição do sujeito moderno. O mesmo é dizer: a questionar de frente o processo mesmo da institucionalização, isto é, o que parece inquestionável no presente (Ó, 2009, p. 115).

Kuhlmann Jr. (1998) aponta a existência de iniciativas de atendimento às crianças oriundas das classes pobres, nos países europeus, ainda no século XVI. Em meados do século XIX e início do século XX, novas relações de trabalho, reconfigurações no entendimento de família e transformações nos modos de perceber a educação produzem deslocamentos nestas práticas. As medidas de recolhimento das crianças órfãs e desvalidas que eram relacionadas à caridade foram, gradativamente, substituídas por iniciativas filantrópicas com o propósito de uma assistência científica sustentada na fé no progresso e na ciência, própria da Modernidade (KUHLMANN, 1998). “Essas iniciativas mostram o empenho da burguesia, mais especialmente, em ocupar-se da infância produzindo não apenas a regulação moral dos pobres e trabalhadores, mas organizando também as famílias dessa classe social em torno dos filhos” (BUJES, 2002, p. 256-257). Conforme a autora, “é nesse contexto que nascem as instituições de Educação Infantil: tanto por reconhecimento que se faz da infância como parte do conjunto populacional [...], mas também para sutilmente assegurar que ninguém escape do domínio governamental” (BUJES, 2002, p. 256). Para a pesquisadora,

[...] a Educação Infantil, tal como conhecemos hoje, é o efeito de uma aliança estratégica entre os aparelhos administrativos, médicos, jurídico e educacional – incluídas aqui famílias e escola – devidamente assessorados por um saber científico. Ainda que tal aliança não exista a partir de uma intencionalidade prévia, ela tem por finalidade o governo da infância, a fabricação do sujeito infantil (BUJES, 2002, p. 42).

Ou seja, a educação das crianças pequenas sempre esteve inserida no projeto da escola moderna, que pretendia, segundo Varela e Alvarez-Uría (1992), impor uma moral às classes populares. As transformações ocorridas na sociedade oriundas da Revolução Industrial, dentre as quais a chegada das mulheres ao mercado de trabalho, resultando no afastamento do contato integral com sua prole, constituíram uma condição de possibilidade para que o governo da infância pudesse ser exercido por

instituições ligadas ao poder público (BUJES, 2002).

Assumimos como hipótese que as instituições criadas desde então para atender esta parte da população operam dentro de uma racionalidade política de governamentalidade. Esse conceito é proposto por Foucault (1993) como o “conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população” (p. 291). A noção de governamentalidade, apresentada pelo filósofo, associa-se com a noção de governo, ou seja, com ações para a condução das condutas. Segundo Bujes (2002), as instituições destinadas aos pequenos realizavam o governo das crianças por meio de técnicas interligadas a um sistema de *expertise* produtor de regimes de verdades que constituem formas de ver e compreender a infância, justificando aspirações sobre seu presente e seu futuro (BUJES, 2002).

De acordo com Saraiva (2014), as formas de governo colocadas em movimento pelos sistemas educacionais tinham e têm como objetivo produzir um determinado tipo de sujeito, capaz de responder positivamente às exigências da governamentalidade vigente. Porém, se, na Modernidade, este governo constituiu-se numa ação que tinha como objetivo docilizar a população, educando-a para acostumar-se a uma rotina de trabalho fabril, característico do capitalismo industrial, hoje, está relacionado a uma estratégia para fabricar sujeitos empreendedores e com capital humano necessário para competir no mercado. Assim, na atualidade, a educação de todas as crianças, indiferente da classe social, parece estar relacionada com a produção de capital humano (CARVALHO, 2016)⁴. Esta racionalidade educacional vem buscando produzir, na Contemporaneidade, uma infância empreendedora, capaz de produzir seu próprio capital humano.

Estudos recentes mostram que um corpo de expertises formado por analistas econômicos têm significado as crianças como capital humano ao elaborar documentos norteadores de políticas para a Educação Infantil (CARVALHO, 2016). Desse modo, o governo das crianças está relacionado, na atualidade, a investimentos na

4 Assumir que a produção de capital humano orienta a educação de todos os segmentos populacionais não significa assumir uma homogeneidade em seus métodos e objetivos. Embora não seja o tema deste artigo, consideramos que existam evidências suficientes para afirmar que escolas públicas e privadas brasileiras divergem fortemente entre si, e também que existam diferenças no interior desses dois grupos. Como hipótese preliminar, assumimos que, assim como na Modernidade, colégios e asilos eram ambos orientados por princípios disciplinares, mas divergiam nas táticas de implantação destes princípios, o mesmo ocorreria com as formas de governo contemporâneas em escolas públicas e privadas brasileiras.

formação do indivíduo, visando a seu próprio sucesso, mas também do cidadão, objetivando o desenvolvimento econômico do país, assunto que será discutido na próxima seção.

EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS E CAPITAL HUMANO

O conceito de capital humano foi criado por Theodore Schultz, no início dos anos 1960. Refere-se a um conjunto de capacidades, habilidades e destrezas com valor econômico, as quais são o resultado de investimentos, sejam pelo próprio indivíduo, pela família ou pela sociedade, e que lhe permitirão auferir renda (LÓPEZ-RUIZ, 2008). Porém, os benefícios de desenvolver o capital humano não estão restritos aos indivíduos, visto que o desenvolvimento econômico dos países também está associado com o capital humano de sua população. Segundo esta teoria, a diferença no desenvolvimento dos países pobres e ricos é explicada a partir do nível do desenvolvimento deste capital que seus habitantes adquirem ao longo da vida.

Schultz (*apud* ANDRADE, 2010) divide o investimento no capital humano em cinco categorias, sendo a principal, o investimento em educação. Embora as teorizações relacionassem este investimento à educação básica, ao ensino superior, aos programas de treinamento e de estudo destinados aos adultos, o autor estabelecia, também, uma relação entre as crianças e a economia. Para Schultz, “uma classe particular de capital humano, consistente do capital configurado da criança, pode ser a chave de uma teoria econômica da população” (SCHULTZ *apud* COSTA, 2009, p. 172).

Costa (2009, p. 177) argumenta que a economia, hoje, “já não mais se resume à preocupação com a lógica histórica de processos ligados à produção, mas passa a se concentrar nos modos mediante os quais os indivíduos buscam produzir e acumular capital humano”. Diante disso, há um deslocamento na concepção de indivíduo, “o indivíduo moderno, a que se qualificava como sujeito de direitos, transmuta-se, assim, num indivíduo-microempresa: *Você S/A*” (COSTA, 2009, p. 177). A partir destas discussões, parece razoável a hipótese inicial de que a Educação Infantil está orientada para a produção do capital humano.

É importante notar que alguns autores têm se dedicado a investigar a relação existente entre a teoria do capital humano e a educação das crianças. Carvalho (2016), ao analisar documentos produzidos pelo Banco Mundial, os quais são tidos como referência nos países em desenvolvimento para elaboração de políticas para a Educação

Infantil, destaca os modos como as crianças são configuradas como um investimento em capital humano. Cabe aqui salientar que tais documentos têm como alvo a infância pobre, considerada como um risco social que demanda intervenção, acompanhamento e avaliação. Eles são elaborados por analistas econômicos, que defendem que as crianças devam receber intervenções educacionais desde a tenra idade, para que no futuro tornem-se adultos produtivos. Conforme Carvalho (2016, p. 229), “o argumento central presente nos documentos é o de que intervenções educacionais precoces qualificam o capital humano da criança pobre e elevam a produtividade do futuro trabalhador, constituindo, assim, o cidadão do futuro”.

Para este autor, há uma relação entre as pesquisas da área da Economia e as proposições de políticas voltadas para o Desenvolvimento na Primeira Infância⁵. Tais políticas têm como princípio o desenvolvimento de habilidades que visam à formação de um adulto produtivo e empreendedor de si (CARVALHO, 2016, p. 230). Mais do que isso, os documentos analisados pelo autor afirmam que o investimento eficaz no desenvolvimento humano, ainda nos primeiros anos de vida, contribui diretamente para a formação de capital humano do país. Vejamos um dos excertos destacados neste trabalho:

As intervenções nos primeiros anos de vida têm o potencial de compensar tendências negativas, proporcionando às crianças menores mais oportunidades e melhores resultados em termos de acesso à educação, qualidade de aprendizagem, crescimento físico, saúde e produtividade. Intervir em DPI tem efeitos em cascata sobre as vidas dos beneficiários, essas intervenções estão entre os investimentos mais custo-efetivos que um país pode fazer para o desenvolvimento humano e a formação de capital humano da nação (NAUDEAU et al. *apud* CARVALHO, 2016, p. 245).

Para Viana (2012), crianças oriundas de famílias de baixa renda têm sido entendidas como um capital no qual se deve investir, tendo em vista o desenvolvimento de habilidades que as capacitem para uma atividade laboral futura no contexto competitivo que caracteriza o Estado neoliberal contemporâneo. Porém, para a autora, no que se refere à relação entre capital humano e a infância, indícios mostram que todas as infâncias, indiferente da classe social, têm sido objeto de investimentos para a produção de capital humano. A diferença é que enquanto a infância pobre é alvo de intervenções estatais, a infância das classes média e alta recebem investimentos das

5 “Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI) se refere a todas as atividades destinadas a promover o desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental em crianças com idade entre zero e cinco anos” (CARVALHO, 2016, p. 252).

próprias famílias, antes mesmo do nascimento.

Para López-Ruiz (2008, p.136), a teoria do capital humano permite “pensar o humano como uma forma de capital inclusive antes de o ser humano nascer”. O autor problematiza esse investimento nas capacidades humanas lançando alguns questionamentos, quais sejam: “qual é a barreira que impedirá que esse investimento seja feito antes mesmo de esse homem nascer? Ou ainda, com que argumentos um pai disposto a investir no aprimoramento do capital humano do seu futuro filho poderá ser dissuadido?” (LÓPEZ-RUIZ, 2008, p. 137).

Embora os melhoramentos genéticos não sejam (ainda) uma prática aceita, Honoré (2009) apresenta em seu estudo situações nas quais as famílias veem, já na gestação, a necessidade de potencializar as capacidades da criança. Assim, fornecem estímulos antes mesmo do seu nascimento e/ou logo que as crianças chegam ao mundo. Dentre os exemplos que o autor apresenta, destacamos o uso de alto-falantes manuais para a barriga da gestante, permitindo que o bebê ainda no útero esteja em contato com músicas “neurologicamente enriquecedoras” e, um carrinho de bebê com um *iPod* embutido, possibilitando que o recém-nascido, possa ouvir músicas ou ainda o vocabulário da língua chinesa. Esses dois exemplos mostram como a infância contemporânea tem sido foco de estímulos precoces, em especial nas famílias com recursos, para que as crianças adquiram e/ou aprimorem suas capacidades. Em outras palavras, os exemplos de Honoré (2009), fazem pensar que, cada vez mais, novas estratégias são inventadas com o pressuposto de que a infância de hoje seja objeto de investimentos cada vez mais cedo. Segundo López-Ruiz (2008, p. 132),

[...] como destaca Foucault, produzir uma criança cujo capital humano inato seja elevado tem implicações sociais e econômicas várias. Da mesma forma que, para aumentar ao longo da vida as capacidades adquiridas da criança – seu capital humano e fonte de rendas futuras –, serão precisos investimentos consideráveis.

Assim, a estimulação e o desenvolvimento das capacidades das crianças devem iniciar precocemente, sinalizando não ser por acaso que houve modificações na legislação brasileira que decretou a obrigatoriedade da matrícula das crianças a partir dos quatro anos de idade na Educação Infantil. Cabe notar que esta obrigatoriedade incide principalmente nas famílias mais pobres, tendo em vista que aquelas economicamente mais privilegiadas há muito escolarizam seus filhos até mesmo antes desta idade. E é justamente para estas famílias, com recursos econômicos e preocupadas em desenvolver

o capital humano de seus filhos, que se voltam os *sites* analisados neste estudo.

EDUCAÇÃO INFANTIL NOS *SITES* DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Por compreender a relevância da mídia na sociedade contemporânea é que decidimos olhar a Educação Infantil nos *sites* das instituições que ofertam esse nível de ensino. De acordo com Fischer (1997), a mídia possui um caráter pedagógico, que não apenas cumpre seu papel de informar os sujeitos, mas também, os forma e os constitui. Tal afirmativa é corroborada por Costa (2002, p. 20), quando afirma que “boa parte da modelagem identitária empreendida pelas sociedades neoliberais é levada a efeito pela mídia e por outros artefatos da indústria cultural”. Portanto, a mídia tornou-se um artefato cultural de extrema importância para ser analisado. Os *sites* não apenas apresentam propostas de Educação Infantil visando a estimular os pais a escolherem determinada escola, mas também ensinam às famílias como deve ser a educação ideal para seus filhos. Além disso, “os *sites* levaram à internet uma forte economia virtual. Presentes em todos os segmentos do mercado, da indústria à educação, estão abrigados na rede, mostrando o melhor de seus produtos e serviços” (ROCHA, 2013, p. 42). Assim, ao analisarmos *sites* de instituições que ofertam a Educação Infantil, podemos constatar como esta etapa educacional vem sendo tratada como uma mercadoria através de estratégias que objetivam seduzir, comunicar e informar as famílias-consumidoras, produzindo, então, verdades sobre esta etapa da educação.

A partir da decisão de analisar *sites* de instituições de Educação Infantil, utilizou-se como ferramenta um portal de busca na internet que nos forneceu grande parte do material que compôs o *corpus* de análise da pesquisa, além de *sites* indicados por outros pesquisadores do grupo de pesquisa. Devido à grande quantidade de resultados obtidos no primeiro movimento de buscas *on-line*, fez-se necessário estabelecer alguns critérios de seleção, quais sejam: *sites* de instituições que se dedicam apenas à Educação Infantil, que apresentam objetivos ou proposta pedagógica da escola e que apresentam as atividades curriculares. Com a adoção de tais critérios, chegou-se ao total de 26 *sites*.

Ao analisar os *sites* que compuseram o material empírico, o foco foi colocado sobre os textos que conceituavam a Educação Infantil e a infância, bem como aqueles que apresentavam a orientação pedagógica e os serviços oferecidos pela escola. Também foram utilizadas algumas imagens. Tais elementos formam uma rede de

estratégias que funcionam como práticas de significação e que acabam por produzir verdades sobre o que é importante para uma escola que oferece a Educação Infantil de qualidade hoje e, ainda, mobilizam as famílias-consumidoras a pensarem na importância de investir na educação de seus filhos. Mais do que isso, como mostramos a seguir, acabam por produzir um entendimento de que a criança deva, desde a mais tenra idade, adquirir e aprimorar habilidades úteis para que se tornem adultos preparados para atuar no mercado de trabalho. Ou seja, a partir do material empírico que tratamos neste artigo, a escolarização da infância estaria associada diretamente à produção de capital humano.

EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DE CAPITAL HUMANO

Ao observar *sites* de diferentes instituições privadas que ofertam a Educação Infantil, é possível perceber indícios que mostram como a educação da infância vem sendo relacionada à produção de capital humano. Parece haver um entendimento de que quanto mais cedo as crianças receberem estímulos, mais capacitadas estarão no futuro, submetendo-as cada vez mais precocemente a uma gama crescente de atividades, dentre elas, educação financeira, robótica, iniciação atlética, educação musical, inglês bilíngue, entre outros, como mostra a Fig. 1:

FIGURA1– Múltiplas atividades oferecidas em uma instituição de Educação Infantil (destaque nosso)



FONTE: <http://www.escolaespacocrianca.com.br>

Uma das atividades curriculares mais recorrentes nos *sites* se refere ao aprendizado de um segundo idioma, em especial, a língua inglesa. Grande parte dos *sites* que compuseram o *corpus* de análise tinham em suas propostas curriculares atividades voltadas para o ensino do inglês. Com isso, as instituições propagam a ideia de que as crianças, desde muito cedo, precisam estar imersas neste idioma que hoje é significado como um requisito para o bom desempenho profissional em qualquer área(Figs. 2 e 3).

FIGURA2– Inglês oferecido pelo método de imersão(destaque nosso)



FONTE: <http://www.kidsheaven.com.br>

FIGURA3– Inglês desde o berçário (destaque nosso)



FONTE: <http://www.aquieufico.com.br>

O texto (Fig. 2) e a imagem (Fig. 3) ilustram o quanto o aprendizado do inglês tem sido valorizado nos *sites* institucionais. O excerto em destaque da Fig.2, ao sugerir um “método de imersão”, promete inserir o idioma estrangeiro no mundo do bebê, possibilitando uma relação com a língua inglesa desde a primeira infância. Já na Fig.3, a fotografia mostra uma proposta de atividade curricular em uma turma de berçário, em que uma educadora mostra palavras escritas em inglês para um bebê. Ainda no

sitedessa mesma instituição, há uma apresentação do seu projeto bilíngue, em uma de suas abas,do qual destacamos o seguinte excerto:

Na Escola Aqui Eu Fico Bilíngue temos a certeza que iniciar o ensino de um idioma desde cedo é muito valioso. No entanto, a maior preocupação que temos é “como” este idioma será apresentado aos nossos pequenos pois, senão, ao invés de gostar do contato com a língua, a criança pode enfrentar situações de stress e associar isso ao idioma. Como consequência, não teremos o resultado desejado (AQUI EU FICO, 2018).

A escola *Aqui eu fico* é um exemplo de instituição que faz da aprendizagem da língua inglesa o eixo central de sua proposta curricular, sinalizando a importância que vem sendo conferida ao desenvolvimento desta habilidade. Parece-nos que aprender inglês seria uma forma de possibilitar acesso a muitos, infinitos lugares, abrindo um mundo de incalculáveis oportunidades que seriam negadas àqueles que não dominam o idioma.

Osite de outra instituição, afirma, ainda, que o segundo idioma deve ser aprendido quando a criança ainda é bem pequena, pois tornaria possível a antecipação do pensamento cognitivo em cálculos, além de tornarem-se adultos mais flexíveis no futuro, como mostra a Fig. 4 (PRIME GARDEN, 2010). A associação entre a aprendizagem de uma língua estrangeira que potencializa o acesso a oportunidades exclusivas e o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático configura uma articulação de duas competências altamente valorizadas pela governamentalidade neoliberal, na qual estaríamos inseridos (FOUCAULT, 2008). De acordo com Saraiva (2012), o aprendizado de matemática vem sendo supervalorizado na sociedade contemporânea, sendo considerado central para o desenvolvimento econômico e, portanto, tornando-se fator importante na composição do capital humano.

FIGURA4 – A importância do investimento desde a tenra idade (destaque nosso)



FONTE: <http://primegardenbilingue.com.br>

Outro excerto que destacamos deste mesmo *site*(Fig.5), reforça a ideia de que o idioma inglês deva ser aprendido desde muito cedo, pois “pessoas bilíngues tem muito mais chances profissionais e academicamente do que os monolíngues” e ainda, “os salários oferecidos a pessoas bilíngues são muito mais altos e a abertura de mundo que se dá quando o inglês é fluente de verdade, abre as portas para as melhores universidades e empresas do mundo sem barreiras” (PRIME GARDEN, 2017). Ou seja, fica evidente que a educação é um investimento com garantias de retorno no futuro. Deste modo, quanto mais cedo iniciar-se a produção do capital humano, mais chances profissionais e acadêmicas terá o sujeito futuramente.

FIGURA5 – Inglês desde o berçário (destaque nosso)

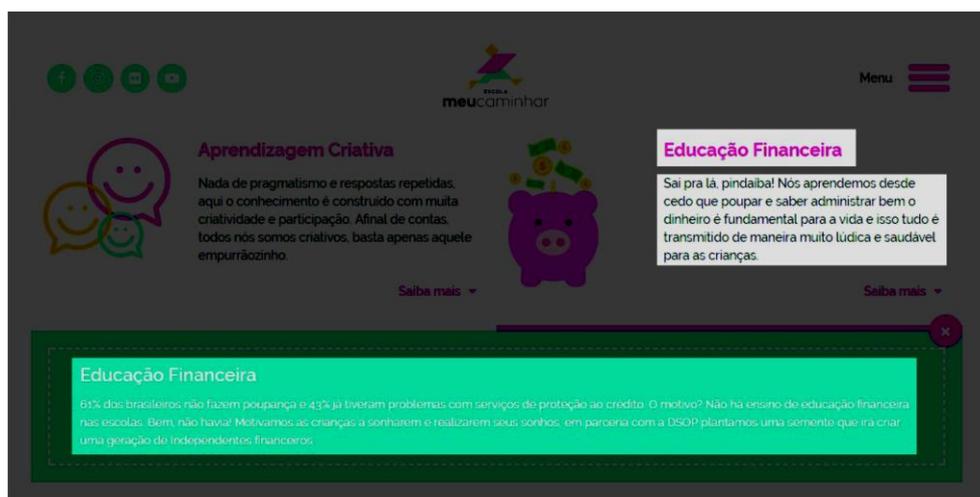


FONTE: <http://primegardenbilingue.com.br>

Porém, não basta instrumentalizar os futuros empresários de si com competência para a geração de renda. Eles devem ser, também, capazes de gerirem adequadamente esta renda. Neste sentido, observamos que alguns dos *sites* analisados propunham a

oferta de Educação financeira para seus pequenos alunos. A Fig. 1, apresentada anteriormente, já apontava ser esta uma das atividades oferecida pela escola *Espaço criança*. Na Fig. 6, vemos que a escola *Meu caminhar* também destaca esta aprendizagem em seu *site*. A análise destes *sites* nos apresenta uma criança que domina o inglês e sabe gerir suas finanças. Um miniadulto, enfim.

FIGURA 6 – Oferta de educação financeira (destaque nosso)



FONTE: <http://www.escolameucaminhar.com.br/>

A partir disso, as escolas privadas oferecem inúmeros diferenciais e atividades estimuladoras, a fim de capturar as famílias/investidores. Porém, elas não se limitam a oferecer serviços já desejados pelas famílias, mas incumbem-se de divulgar e consolidar a ideia de que os estímulos precoces serão garantia de sucesso futuro. Para isso, utilizam afirmações que se tornam verdades para as famílias que buscam esse serviço.

As verdades produzidas pelos *sites* não apenas conduzem as famílias quanto à escolha da escola ideal para seus filhos, como, também, ensinam às próprias crianças a investirem em si mesmas desde bem pequenas. De acordo com Bauman (2010, p. 146) “as crianças sempre foram vistas como o ‘futuro do país’, e a forma como se percebia o bem-estar nacional é que decidia como elas deveriam ser preparadas para o futuro – o seu e o de seu país”. Para esse autor,

Do modo como as coisas estão agora, as crianças de hoje são os principais e mais importantes consumidores de amanhã: e não há motivo para admirar-se, já que a força da nação é medida pelo PIB, o qual, por sua vez, é avaliado pela troca de dinheiro que troca de mãos. É melhor que as crianças se preparem desde cedo para o papel de consumidores/compradores ávidos e informados – preferivelmente desde o berço. O dinheiro gasto no seu treinamento não será desperdiçado (BAUMAN, 2010, p.146).

Ao considerarmos as afirmações trazidas por Bauman (2010), podemos pensar também que as crianças de hoje aprendem desde cedo a investirem em si e, assim, o dinheiro gasto com sua educação e preparo terá retorno no futuro. As instituições de educação Infantil devem não apenas ensinar determinados conteúdos, mas, talvez até mais importante, promover o desenvolvimento precoce das crianças. Na tentativa de destacarem-se frente às demais, as escolas têm atuado na difusão do imperativo de que quanto mais cedo a criança for submetida aos estímulos corretos melhor capacitada estará no futuro. Foi possível encontrar em grande parte dos *sites* analisados palavras-chave como desenvolvimento, habilidades, capacidades, futuro, sucesso, brilhantismo, as quais funcionam como estratégias de convencimento da importância de escolher uma determinada instituição e não outra (Fig. 6 e 7).

FIGURA 6 e 7 – Educação como investimento para o futuro (destaque nosso)



FONTE: <https://kumon.com.br>

De acordo com Marquez (2006, p. 155), “o investimento na educação da primeira infância pauta-se na premissa de que é importante investir desde o nascimento no desenvolvimento infantil, para que, na fase adulta, elas possam inserir-se no mercado de trabalho e produzir satisfatoriamente”, corroborando nossas análises. Tomando como base os conteúdos dos *sites*, podemos dizer que a educação das crianças pequenas passa a ser um investimento, cabendo aos pais decidir pela instituição escolar mais adequada para esse propósito. Em outras palavras, quanto mais cedo os pais investirem na educação dos filhos, mais capital humano será acumulado. Fazer a correta gestão deste patrimônio imaterial e pessoal parece ser a principal tarefa das famílias contemporâneas.

Contudo, a infância na Contemporaneidade ainda é entendida como um investimento para o futuro, como já fora na Modernidade, sendo ainda sua escolarização uma estratégia biopolítica para produzir sujeitos alinhados às necessidades da governamentalidade atual. Assim, é possível fazer uma relação entre a educação das crianças pequenas e um suposto governo direcionado para a produção de capital humano. Pois, ao mesmo tempo em que as escolas tornam-se instituições de governo das infâncias, elas convocam as famílias, por meio das suas concepções

de educação, de escola e de infância, a investir no desenvolvimento dos filhos, para que se tornem adultos preparados, ou seja, com alto nível de capital humano individual acumulado, para atuarem, futuramente, no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Modernidade, a educação das crianças pequenas esteve inserida dentro de uma matriz de inteligibilidade da governamentalidade (BUJES, 2002). Juntamente com o surgimento do conceito de infância emerge, também, a preocupação em governá-la. A criança, desde então, tem sido o foco de *expertises*, que conduzem as formas de compreendê-las, ensiná-las e educá-las.

Assim, na Contemporaneidade, a infância é vista não apenas com alguém que virá a ser no futuro, mas como um investimento que gerará renda. Portanto, quanto mais habilidades, capacidades e conhecimentos as crianças adquirirem já nos primeiros anos de vida, mais preparadas estarão na vida adulta para obterem sucesso profissional e pessoal. Ou seja, quanto mais capital humano individual as crianças desenvolverem e acumularem, melhores preparadas estarão para o futuro. Deste modo, a Educação Infantil torna-se uma etapa educacional que possibilitará a realização desses investimentos na infância contemporânea, sendo orientada para produzir sujeitos ajustados à racionalidade política neoliberal que subsidia a governamentalidade da atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rita. **Teoria do capital humano e a qualidade da educação nos estados brasileiros**. 2010. 75f. Trabalho de conclusão (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS-Porto Alegre, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. A transformação das pessoas em mercadoria. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 20/2009. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB, 2013. p. 80-101.

- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CARVALHO, Rodrigo Saballa. O investimento na formação do cidadão do futuro: a aliança entre economia e Educação Infantil como estratégia da governamentalidade contemporânea. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v. 32, n. 2, abril/junho 2016.
- COSTA, Marisa Vorraber. Ensinando a dividir o mundo – as perversas lições de um programa de televisão. **Revista Brasileira de Educação**. Anped. Rio de Janeiro: Autores Associados, n. 20, maio/junho/julho/agosto. 2002.
- COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, v. 34, n. 2: p. 171-186, maio/agosto. 2009.
- FENEP. **Dados do ensino privado 2016**. Disponível em <<http://fenep.org.br/dados-do-ensino-privado/>>. Acesso 02 mar. 2018.
- FERNANDES, Cinthia Votto. **A identidade da pré-escola: entre a transição para o ensino fundamental e a obrigatoriedade de frequência**. 2014. 248f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS-Porto Alegre, 2014.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1997, p. 59-79.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993. p. 277-293.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GUTIÉRREZ, Aurora; ALARCÓN, Paloma. **Historia de la infancia: itinerarios educativos**. Madrid: UNED, 2004. p.265-295.
- HONORÉ, Carl. **Sob pressão**. Trad. José Gradel. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. A técnica como capital e o capital humano genético. **Novos Estudos**. São Paulo: Cebrap, ed. 80, 2008. p. 127-139.
- MARQUEZ, Christine Garrido. **O banco mundial e a Educação Infantil no Brasil**. 2006. 213f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás. UFG-Goiás, 2006.
- Ó, Jorge Ramos do. A governamentalidade e a história da Escola Moderna: outras conexões investigativas. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, v.2, n.34: p.97-117, maio/agosto 2009.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção Docência em Formação).
- ROCHA, Daiana Garibaldi. **A comodificação da educação continuada**. 2013. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil. ULBRA-Canoas, 2013.
- SARAIVA, Karla. A aliança biopolítica educação-trabalho. **Pro-posições**. Campinas: Unicamp, v.25, n.2: p. 139-156, maio/agosto 2014.
- SARAIVA, Karla. Aprender matemática para desenvolver o Brasil. **Reflexão e Ação**, v. 20, n. 2, p. 136-153, jul/dez.2012.
- VARELA, Julia. ALVAREZ-URÍA, Fernando. A maquinaria escolar. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n. 6, 1992, p.68-96.

VIANA, Iara Azevedo Vitelli. **Investimento produtivo em educação no Brasil: Educação Infantil para crianças pobres.** 2012. 122f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. ENCE-Rio de Janeiro, 2012.